



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO N.º 55

Em 18 de maio de 2026.

Ao Exmo. Senhor
Ver. PAULO SANDRO SOARES
Presidente da Câmara Municipal de
BARRA MANSA – RJ

Senhor Presidente,

Reportando-nos ao Ofício nº 055/2026, de 28 de abril de 2026, de V. Ex.^a, vimos informar que apesar de reconhecer a relevância da proposta que estabelece os profissionais aptos a fornecer laudos e perícias relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Síndrome de Down, resolvemos vetar integralmente, conforme razões do veto em anexo, o Projeto de Lei nº 175/2025, de autoria do ilustre Vereador JOSÉ KLÉVIS DA SILVA, que “Estabelece os profissionais aptos a fornecer laudos e perícias relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Síndrome de Down, bem como determina a validade permanente de laudos que disponham sobre deficiências ou transtornos físicos, mentais ou intelectuais de caráter irreversível, e dá outras providências.”

Atenciosamente,

LUIZ ANTÔNIO FURLANI FILHO

Prefeito





RAZÕES DO VETO

1 - O Projeto de Lei 175/2025 trata da emissão e da validade de laudos e perícias relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), à Síndrome de Down e a outras deficiências ou transtornos irreversíveis, além de vedar a exigência de CID específico em certas hipóteses.

2 – O tema se insere, em tese, no âmbito da competência municipal para legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, inclusive em matéria de serviços de saúde. A própria Constituição delimita essa competência, e o STF ressalva que ela não autoriza o Município a invadir matérias reservadas a outros entes federativos.

3 – Do ponto de vista formal, não se vislumbra automaticamente o vício de iniciativa, apenas porque o projeto é de iniciativa de vereador. Em princípio, o Município pode editar normas sobre proteção de pessoas com deficiência e organização do atendimento administrativo local, desde que a matéria permaneça no campo do interesse local e da suplementação normativa. Entretanto, se a lei passar a impor, de modo detalhado, organização interna, fluxos obrigatórios, rotinas administrativas ou encargos operacionais típicos da gestão do Executivo padeceria de vício, por violação da separação entre os Poderes.

4 – No plano material, o projeto trata de tema de normas federais já existentes. A Lei Brasileira de Inclusão também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. A Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. E a Lei nº 13.977/2020 criou a CIPTEA (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), cuja expedição é gratuita e se dá pelos órgãos estaduais, distritais e municipais responsáveis, mediante requerimento acompanhado de relatório médico com indicação de CID.

5 – Em síntese, o projeto possui finalidade protetiva e encontra amparo no interesse local e na competência suplementar do Município, mas apresenta vulnerabilidades materiais importantes, sobretudo nos arts. 1º, 3º, 4º e 5º:

a. No art.1º há forte risco de restrição ao exigir que os laudos de TEA e Síndrome de Down sejam emitidos por médicos com especialidade em Neurologia e Psiquiatria, não se alinhando com a lógica federal de avaliação biopsicossocial e multiprofissional,



podendo criar barreira ao acesso ao direito, tendo a redação caráter mais restritivo do que o sistema nacional atualmente admite.

b. No art. 3º o trecho sobre “carteiras de gratuidade a que se refere esta Lei” não identifica com clareza qual é o instrumento, qual o órgão competente, qual o procedimento e qual o fundamento jurídico específico.

c. No art. 4º a previsão de que redes públicas e privadas “devem aceitar” os laudos e de que é proibida a recusa porque o documento não foi emitido por profissional “exclusivo ou único” se mostra um ponto sensível. Há uma boa intenção protetiva, mas a redação do projeto pode extrapolar a competência municipal ao impor dever amplo a particulares e definir valor probatório de documento médico, sem harmonização suficiente com normas federais e com a regulação nacional da saúde e do exercício profissional.

d. No art. 5º há incompatibilidade potencial com a Lei Federal 13.977/2020, visto que ao tratar da CIPTEA, a norma exige relatório médico com indicação de CID. Assim, uma vedação municipal entraria em conflito com a norma federal.

6 – Diante do exposto e considerando que a atuação do Chefe do Executivo permite apenas a sanção ou veto parcial do texto apresentado, não sendo possível a realização de emendas para alinhar o texto às normas federais já existentes, e que o veto aos artigos 1º, 3º, 4º e 5º descaracterizaria a norma, tornando-a sem efetividade, optamos pelo veto integral ao Projeto de Lei em tela, face a necessidade de ajustes legislativos relevantes e de risco de conflito material com a legislação federal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, 18 de maio de 2026.

LUIZ ANTÔNIO FURLANI FILHO

Prefeito

